



Gênero e poder: uma análise de uma diretoria de associação camponesa no Norte do Tocantins

Gender and Power: an analysis of the board of a peasant association in Northern Tocantins

Gustavo Henrique Andrade de Araújo¹ 

Renata Rauta Petarly¹ 

Dernival Venâncio Ramos Junior¹ 

Resumo

Este artigo busca compreender como as relações de poder e de gênero se manifestam na formação da diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A Reginaldo Lima localizada no município de Barra do Ouro-TO. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise documental do Estatuto Social e das atas das três eleições realizadas pela associação, que compõem os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Os resultados evidenciam que o estatuto adota uma linguagem predominantemente masculina, contribuindo para a invisibilização simbólica das mulheres. Nas atas das eleições, embora haja presença feminina em cargos administrativos, as funções de maior prestígio, como presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo, foram exclusivamente ocupadas por homens. A composição mais equilibrada entre os gêneros foi observada apenas na segunda eleição, quando as mulheres representaram metade da diretoria. Conclui-se que essa invisibilidade não ocorre de forma intencional, mas simbólica, e que ampliar a participação das mulheres pode contribuir para uma gestão mais equitativa e para o fortalecimento das pautas de gênero na comunidade rural.

Palavras-chave: associação rural; poder simbólico; patriarcado; invisibilidade feminina.

Abstract

This article aims to understand how power and gender relations are manifested in the formation of a board of directors of an association of rural workers located in the municipality of Barra do Ouro-TO. The research adopts a qualitative approach, based on documents from the Association Bylaws and the minutes of the three elections held to compose the Deliberative and Fiscal Councils. The results show that the bylaws employ predominantly masculine language, contributing to the symbolic invisibilization of women. Although the election minutes confirm female presence in administrative

¹ Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Araguaína, TO, Brasil. E-mails: gustavo.aaraujo@ufnt.edu.br, renata.petarly@ufnt.edu.br, dernival.junior@ufnt.edu.br.

positions, the most prestigious roles, such as president and vice-president of the Deliberative Council, were exclusively occupied by men. A balanced gender composition was observed only in the second election, when women represented half of the board of directors. It is concluded that the invisibilization did not occur intentionally but rather symbolically. We assume that expanding women's participation can contribute to more equitable management and to strengthening gender-related agendas within the rural community.

Keywords: rural association; symbolic power; patriarchy; female invisibility.

Introdução

A vida em sociedade é atravessada por uma forma de poder que não é visível, mas que se manifesta nas relações sociais como um todo. Esse poder se expressa na presença de quem o detém (geralmente o homem) e de quem ocupa a posição de subordinação (na maioria das vezes, a mulher). Nessa perspectiva, Bourdieu (2012, p. 7) desenvolve o conceito de poder simbólico, compreendendo-o, ao longo de seus estudos, como uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento”. Ele enfatiza a existência de uma violência que não é percebida nem mesmo por quem a sofre, seja pelo reconhecimento social ou pela experiência cotidiana da subordinação. Essa forma de dominação está presente em nossa linguagem, em nossa forma de viver em sociedade e até mesmo nos nossos corpos.

O estabelecimento de um equilíbrio mais justo entre os gêneros, e a visibilização do feminino nas relações sociais em prol da igualdade de gênero, está amparado, segundo Kimberlé Crenshaw (2002), em documentos como a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirmam que os direitos humanos devem ser garantidos sem distinção de gênero. Crenshaw argumenta que não basta inserir a temática de gênero nas políticas institucionais; é necessário adotar a perspectiva da interseccionalidade, ou seja, uma análise que leve em conta como diferentes formas de discriminação, como as de gênero, raça, classe, etnia e outras, se entrecruzam, produzindo vulnerabilidades específicas. Ao evidenciar o papel social das mulheres historicamente marginalizadas, Crenshaw defende que as instituições de direitos humanos devem incorporar essas múltiplas dimensões em suas práticas, sob o risco de perpetuar a

invisibilidade de grupos historicamente subordinados. Mas será que esse debate alcança as associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais formadas por assentados e assentadas do norte do Tocantins?

Busco, com este artigo, compreender como as relações de poder e de gênero se manifestam na formação da diretoria Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A Reginaldo Lima localizada no município de Barra do Ouro, no norte do estado do Tocantins. Essa comunidade é acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaína-TO, e a análise será realizada por meio da documentação interna da associação, incluindo seu estatuto social e as atas de eleição. O objetivo da pesquisa é identificar como o estatuto trata a questão de gênero na composição da estrutura administrativa e nos cargos eletivos, e de que forma esses cargos têm sido ocupados ao longo do tempo. Pretende-se observar a distribuição de funções entre homens e mulheres, bem como possíveis permanências e transformações no perfil de gênero das lideranças.

A partir da análise estrutural das diretorias, a investigação também busca discutir as dinâmicas de poder que atravessam a vida comunitária, com especial atenção às formas de atuação das mulheres, muitas vezes invisibilizadas por sistemas patriarcais presentes tanto nos contextos rurais quanto urbanos.

O espaço da mulher no ambiente rural

A associação se estrutura em torno do conceito de “comum”, conforme discutido por Dardot e Laval (2017), entendido como um princípio político que se concretiza na prática da coparticipação, da deliberação conjunta e da gestão coletiva das atividades compartilhadas. Como aponta Silva (2022), o associativismo resulta da união de pessoas que compartilham objetivos comuns e que, por meio de mecanismos legais, buscam acesso a políticas públicas que beneficiem seus integrantes. Essa estrutura é organizada sem fins lucrativos e voltada à partilha entre seus membros.

Lisboa e Alcântara (2019) complementam que a prática associativa é fruto de uma luta social em que trabalhadoras e trabalhadores estão constantemente engajados, na busca por melhores condições de vida e por reconhecimento que permita sua integração social, econômica e cultural.

Para a constituição de uma associação com reconhecimento legal, é necessário estabelecer funções administrativas, que devem ser pleiteadas por seus associados e associadas, seguindo o que está previsto no estatuto da comunidade. Essas funções, dentro dos marcos estabelecidos social e culturalmente, podem ser influenciadas por questões de gênero, resultando na predominância de determinado gênero em cargos específicos.

Nessa perspectiva, gênero, conforme Scott (1995), não deve ser compreendido apenas como sinônimo de “mulher”. A autora ressalta que toda informação produzida sobre a mulher também é uma informação sobre o homem, indicando que a análise de um gênero implica necessariamente a análise do outro.

Scott (1995) também afirma que o termo “gênero” é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, frequentemente fundamentadas em explicações biológicas que sustentam, por diversos meios, a subordinação do sexo feminino, caracterizando-o como “sexo frágil”. Assim, o conceito é empregado para “se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (Scott, 1995, p. 75).

Dessa forma, o gênero representa construções culturais que definem o que significa ser homem ou mulher (Scott, 1995). Corroborando essa ideia, Judith Butler (2018) argumenta que o gênero é uma estilização, uma forma de ser que é aplicada repetidamente ao corpo. Essa repetição decorre de uma estrutura enrijecida ao longo do tempo, cristalizando-se de forma que produz uma ideia de naturalidade no modo de ser.

A divisão entre os sexos está, conforme Bourdieu (2012, p. 17), “na ordem das coisas”. Trata-se de uma estrutura que transmite a ideia de normalidade, naturalidade e até inevitabilidade, manifestando-se simultaneamente “em estado objetivado nas coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (Bourdieu, 2012, p. 17).

Bourdieu (2012) ainda afirma que é na consonância entre estruturas objetivas e cognitivas, no ajustamento entre o ser e o saber, entre o presente e o futuro do mundo, que se forma uma opinião comum. Essa sintonia contribui para a consolidação de uma divisão arbitrária entre os sexos, apresentada como natural e constantemente legitimada pelas práticas sociais.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2012, p. 18).

Para Butler (2018), a dominação masculina se sustenta por meio de uma estruturação específica do que se entende por sexo, mantendo e justificando a lógica binária como algo natural. Essa naturalização consolida regimes hegemônicos de poder, articulados a partir de uma opressão de caráter masculino e heterossexista. A diferença biológica entre os sexos é utilizada como um dos principais mecanismos de imposição cultural para justificar a diferenciação de gênero (Butler, 2018). Bourdieu (2012) também enfatiza que essa diferença é socialmente aceita e utilizada como instrumento para validar a dominação dos homens sobre as mulheres. Como consequência, as mulheres são historicamente colocadas em uma posição de subordinação, e poucas vezes se colocam em disputa com os homens (Tiburi, 2023).

Ao abordar a construção social do gênero como algo que caminha lado a lado com o conceito de sexo, Heleieth Saffioti (2015) argumenta que o gênero carrega consigo uma carga ideológica cuja origem milenar está enraizada no patriarcado. O conceito, segundo a autora, foi historicamente constituído para legitimar uma estrutura de poder que posiciona a mulher abaixo do homem em praticamente todos os espaços da vida em sociedade. Assim, o patriarcado se apresenta como um dos pilares ideológicos da manutenção dessa estrutura de dominação.

Ainda que as mulheres tenham potencial para exercer funções de prestígio na sociedade, desde que lhes sejam oferecidas as condições adequadas, a gestão do meio rural brasileiro permanece tradicionalmente patriarcal. Nessa realidade, o trabalho produtivo é socialmente associado aos homens (Rocha Junior; Baltar, 2022).

Ao observar o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), reconhecido por seu caráter misto, nota-se que, historicamente, em seu âmbito nacional, não há registros significativos de mulheres ocupando cargos de liderança

política, administrativa ou produtiva. Ainda na história do movimento, em seu início, mesmo não havendo nenhuma restrição à sua participação, mantinha-se um discurso de que as mulheres deveriam ir em busca de seu espaço dentro do movimento. Esse discurso pode ser entendido como uma forma de manutenção do poder nas mãos dos homens (Santos; Betto, 2021).

Diante desse cenário, após contínua mobilização das mulheres, foi criado, em 2000, o Setor Nacional de Gênero, abrindo espaço para a discussão de relações de gênero mais igualitárias dentro do movimento, institucionalizando o debate de gênero e fazendo com que os homens passassem também a ser responsáveis pela participação efetiva das mulheres. Outro reconhecimento que as mulheres tiveram, no mesmo ano, foi a conquista da paridade na tomada de decisão, o percentual que antes era de 30% passou a ser de 50% (Santos; Betto, 2021). Conforme Rocha Junior e Baltar (2022), as mulheres apresentam características, que as colocam em destaque quanto a exercerem a função de liderança, dada a sua sensibilidade, maior capacidade de ajustamento a mudanças que eventualmente são impelidas, além de serem mais comunicativas, conciliadoras e agregadoras.

Na busca de uma maior visibilidade para a mulher, no centro norte do estado do Tocantins, partindo de ações desenvolvidas pelas agentes da CPT Araguaína-TO, nasce a Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira.

A Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira surge em 2019 em um contexto de acirramento da violência contra as mulheres e do desmonte das políticas de proteção às camponesas e aos territórios das comunidades e povos tradicionais do campo. É uma iniciativa resultado do trabalho de formação e apoio às mulheres do campo em situação de violências desenvolvido pelas agentes de pastoral da CPT Regional Araguaia-Tocantins a partir de 2013. A Rede Flores de Sucupira é formada por mulheres camponesas de doze comunidades, entre elas famílias sem terras acampadas nas beiras das rodovias, assentadas da reforma agrária, posseiras que reivindicam a regularização fundiária e quilombolas da região Centro Norte do Tocantins. Ainda conta com a parceria do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), da Cáritas Diocese de Tocantinópolis e de professoras do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins (NEUSA/UFT) (Santos *et al.*, 2021, p. 107).

Apesar de ser um tema importante hoje dentro da CPT, por muitos anos o acompanhamento das mulheres não era considerado um tema de prioridade em seus planejamentos (Santos *et al.*, 2021). Mesmo com esses e outros esforços em busca do reconhecimento da mulher, no ambiente rural ainda é possível observar a desigualdade de gênero, tendo como uma de suas bases estruturantes a invisibilidade do trabalho feminino.

Na pesquisa de Santos (2019), que trata das mulheres e dos conflitos socioambientais na comunidade Raposa/Ribeirão D'Anta, localizada em Campos Lindos-TO, são retratadas, além da dificuldade das mulheres em falar em público, o não reconhecimento ou a desvalorização de seus saberes e conhecimentos. Outro ponto evidenciado nos relatos é que, nas reuniões comunitárias, suas falas são frequentemente interrompidas e silenciadas, prevalecendo as dos homens. Por fim, a pesquisa também destaca a invisibilidade do trabalho das mulheres, bem como de sua vida social no meio rural.

Nessa esteira, ainda que essas mulheres desenvolvam atividades produtivas em seus quintais, como a produção de queijo, doces, quitandas, o cuidado com animais como aves e suínos, ou o cultivo de hortaliças, essas ações, mesmo podendo gerar renda, raramente são contabilizadas como parte da renda familiar. Isso porque são vistas como uma extensão do trabalho doméstico (Ramos, 2014) e não como trabalho produtivo.

Os quintais, conforme estudo de Silva, Ramos Júnior e Silva (2024), são uma extensão das casas. Fazem parte das primeiras atividades que são estabelecidas quando as famílias se instalam em seus lotes ou terras, sendo compreendidos como áreas localizadas no entorno da casa, onde se realizam atividades de cunho econômico, ecológico, agrícola e também sociocultural. Os argumentos desses autores e a autora validam, inclusive, os apontamentos sobre o peso do trabalho leve, exposto por Paulilo (1987) na sua descrição do trabalho feminino no meio rural.

Os autores e a autora apontam ainda que as mulheres presentes no ambiente rural assumem a responsabilidade de serem guardiãs dos bens comunitários. Elas representam práticas de cultivo que atravessam gerações, aliadas a uma relação de cuidado e cooperação com os não humanos, entre eles, animais, plantas, águas e montanhas.

Seja no ambiente familiar, nos sindicatos ou nos órgãos públicos, a contribuição das mulheres no plantio e na colheita é muitas vezes considerada como mera “ajuda”, conforme aponta Sales (2007) ao observar a realidade das mulheres trabalhadoras rurais do Ceará.

Nessa realidade, mulheres trabalhadoras rurais do Ceará (pequenas agricultoras, posseiras, pescadoras artesanais, extrativistas, arrendatárias, meeiras, parceiras, assalariadas rurais, sem-terra, acampadas, assentadas e indígenas) produzem alimentos e garantem a subsistência da família, além de se ocuparem também com o plantio de ervas medicinais e com o artesanato. Suas atividades se confundem com os diversos espaços de trabalho; elas, ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas. Além dessas atividades que se concentram principalmente na casa e no quintal, elas ainda desenvolvem trabalhos no roçado, principalmente no período do plantio e colheita (Sales, 2007, p. 441).

A invisibilidade da mulher como trabalhadora rural é atravessada por fatores presentes na divisão sexual do trabalho. Os homens se situam na posição de liderança das atividades de produção, nesse caso o roçado, que, em alguns casos, é o sustento principal da família. As mulheres não são reconhecidas quando estão atuando junto aos seus parceiros nos processos de produção, pois estão envolvidas em várias outras atividades de cuidado, como o trabalho junto aos quintais. O não reconhecimento da contribuição da mulher como parte geradora de renda familiar, por mais que em alguns momentos suas atividades de cuidado possam assumir o papel principal, tem como consequência a manutenção das desigualdades sociais e limita o seu acesso aos direitos sociais.

Nos estudos de Moraes (2024), a invisibilização da mulher no contexto rural é apontada como uma realidade que afeta milhares de mulheres que lutam para romper com a deslegitimação e o silenciamento impostos nos âmbitos político, cultural, social e econômico. Essa luta é marcada pela busca por reconhecimento, por representatividade e pela conquista do direito à fala no espaço público e social brasileiro.

Entretanto, quando visibilizadas, as mulheres contribuem significativamente para os objetivos da associação, pois estão envolvidas na luta pela conquista e permanência na terra. É o caso da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF), situada no município de Atalanta-SC, objeto do estudo de Silva, Nascimento e Gores (2015). Nesse contexto, foram as mulheres da associação que propuseram a adoção da agroecologia aos seus maridos, como forma de manter uma relação produtiva no campo, incentivando a permanência nas terras. Isso porque, até então, o modelo de produção adotado tinha como um de seus pilares o uso de insumos sintéticos, que adoeciam os homens envolvidos na lida.

Propuseram ainda a cooperação entre todos os associados e associadas na definição do que seria produzido, do local e da quantidade do plantio, bem como do valor para sua comercialização. Tais mudanças proporcionaram, além das condições necessárias para que permanecessem em suas terras, o reconhecimento da mulher, que deixou de ocupar a posição de ajudante para assumir o papel de responsável por todo o processo produtivo, o que contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida e de seu bem-estar físico e mental, ainda que, inicialmente, tenha havido resistência por parte de alguns homens, reconhecem que a vida mudou para melhor, mesmo que tivessem que repensar o seu papel junto a esposa e comunidade.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental como ferramenta para compreender como a questão de gênero é tratada no estatuto social e nas atas de eleições da Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A. Reginaldo Lima, localizada no município de Barra do Ouro, no estado do Tocantins. A comunidade é composta por famílias assentadas no âmbito do Programa de Reforma Agrária. Em 2023 a associação passou por uma reestruturação, antes era conhecida como Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A. Serrinha, e passou a adotar o nome de seu primeiro presidente como forma de homenagem após seu falecimento.

A associação é acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaína-TO. A CPT é uma organização fundada por bispos e prelados da Amazônia, em 1975, que atua em defesa das causas dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, valorizando a autonomia dos povos. Assim, a entidade estimula que trabalhadores e trabalhadoras sejam protagonistas de suas próprias lutas, prestando assessoria na busca por seus objetivos e metas (CPT, s. d.).

A metodologia segue o referencial da análise qualitativa proposta por Gil (2008), com foco na linguagem a partir do qual estatuto social as atas das eleições foram constituídas, usando como base analítica Butler (2018). Dessa forma busca-se observar se a linguagem utilizada contempla o gênero. Para isso, serão analisados dois tipos de documentos: o estatuto social da associação e as atas das três eleições realizadas em 24 de fevereiro de 2013, 20 de junho de 2021 e 30 de julho de 2023. Vale destacar que a ata da primeira eleição corresponde também à ata de fundação da associação.

No estatuto, será observada a forma como estão organizadas as funções da diretoria da associação e se há ou não o uso de uma linguagem que contemple a perspectiva de gênero, ou seja, se há menções específicas a homens e mulheres ou se prevalece uma linguagem neutra que possa, eventualmente, favorecer a invisibilização das mulheres.

As atas, por sua vez, serão analisadas com o objetivo de verificar a composição da diretoria eleita em termos de gênero. Será observada a identificação de quem assumiu as funções administrativas nos conselhos deliberativo e fiscal ao longo das três eleições. A análise buscará identificar possíveis padrões na ocupação dos cargos com base no gênero e se ocorreram transformações ao longo do tempo.

Um ponto relevante a ser considerado é a justificativa apresentada para o intervalo de oito anos entre a primeira e a segunda eleição. Apesar de o estatuto prever que as chapas tenham um mandato de dois anos, os associados e as associadas da comunidade não viam a necessidade de uma nova eleição, dado que não havia outra chapa interessada em suceder a diretoria vigente. Além disso, o falecimento do então presidente, ocorrido em 7 de outubro de 2019, contribuiu para o adiamento do processo eleitoral.

Onde estão as mulheres?

Diante do que foi exposto até o momento, no que se refere ao esforço e à dedicação das agentes presentes na CPT, na busca por maior visibilidade, por meio do tensionamento do lugar da mulher, junto às associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que se percebe, na prática, é que ainda há muito a se conscientizar e ressignificar, para que elas possam se fazer ainda mais presentes nas estruturas administrativas das associações.

Isso pode ser percebido ao observar o Estatuto Social da associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Barra do Ouro-TO, nota-se, já no título do documento, a ausência de referência às trabalhadoras, constando apenas: “REESTRUTURAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS **TRABALHADORES** RURAIS DO P. A. REGINALDO LIMA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO OURO, ESTADO DO TOCANTINS” (grifos nossos). Ainda que o “Art. 4º”, inciso “a” do estatuto afirme que a associação coordenará “cada **trabalhador** rural sem discriminação de caráter social, cor, sexo, religião ou partidos políticos” (grifo nosso), o uso exclusivo do masculino é indicativo de uma linguagem excludente, que contribui para a invisibilização das mulheres no documento.

Entende-se que, para fazer parte como associado ou associada da Associação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é necessário a posse da terra ou do lote. Entretanto, ao tratar apenas como “trabalhador”, excluindo a mulher, pode-se levar a crer que o homem é o único com direito de ser o proprietário do lote ou da terra, o que leva a uma contradição com a Constituição Federal, que determina, em seu Art. 189, ao tratar sobre a distribuição de terras no âmbito da reforma agrária, no Parágrafo Único: “O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (Brasil, 1988).

Outro mecanismo legal é a Instrução Normativa n.º 38, de 13 de março de 2007, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que visa garantir às trabalhadoras rurais o direito de acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, assegurando, dentre outras coisas, a participação das mulheres independentemente do estado civil, sendo que a família chefiada por mulher terá preferência dentro do programa (Brasil, 2007).

Com o avanço da leitura do estatuto, observa-se que há raras menções ao gênero feminino, sendo esse apenas visibilizado na forma entre parênteses nos cargos administrativos, como na constituição do Conselho Deliberativo:

Artigo 6º - O Conselho Deliberativo é assim constituído:

- a. **Presidente**
- b. **Vice-presidente;**
- c. Primeiro(a) Secretário(a);
- d. Segundo(a) Secretário(a);
- e. Primeiro(a) Tesoureiro(a);
- f. Segundo(a) Tesoureiro(a); (grifos nosso)

As competências designadas pelo estatuto para a função de “Presidente” e “Vice-Presidente”, são:

Artigo 15 - Compete ao Presidente observar as regras legais e estatutárias:

- I. Agir sempre junto com o vice-presidente ou outro membro do Conselho Deliberativo, obedecendo ao que está descrito no artigo 2º;
- II. Representar a Associação, em juízo ou fora dele, perante as autoridades legais e o público em geral, não podendo nomear procuradores ou mandatários, salvo quando tais procuradores ou mandatários pertencerem ao corpo de associados ativos da Associação;
- III. Convocar as reuniões da Assembleia Geral;
- IV. Coordenar os trabalhos desenvolvidos pela Associação, e cuidar para que as decisões aprovadas em Assembleia Geral sejam cumpridas;
- V. Representar, juntamente com o Tesoureiro a Associação, junto a bancos, repartições públicas, fornecedores e a quem lhes forem de direito;
- VI. Assinar as atas de reunião da Associação em conjunto com o 1º secretário;
- VII. Assinar em conjunto com o 1º Tesoureiro, cheques e outros títulos que importa em movimentos financeiros.

Artigo 16 - Cabe ao Vice-presidente substituir o presidente na sua ausência ou impedimento legal e delegar a outro membro do Conselho Deliberativo a sua autoridade quando na impossibilidade de sua presença por incompatibilidade de horários com outras responsabilidades.

Já para as demais funções são atribuídas as seguintes competências:

Artigo 17 - Compete ao Primeiro/a Secretário/a:

- I. Agir sempre junto com o Segundo/a Secretário/a ou outro membro da diretoria, obedecendo ao que está descrito no artigo 2º;
- II. Substituir o Presidente e o Vice-presidente no impedimento legal ausência dos dois;

- III. Fazer os trabalhos da secretaria em geral, fazer expedição de correspondências, ofícios, editais e demais documentos;
- IV. Redigir ou fazer redigir, sob sua responsabilidade toda a correspondência da entidade e assinar junto com o presidente;
- V. Redigir e lavrar as atas do Conselho Deliberativo e das Assembleias Gerais;
- VI. Fazer as necessárias comunicações aos associados admitidos, advertidos e ausentes;
- VII. Organizar e manter em dia o arquivo e cadastro dos associados;
Artigo 18 - Cabe ao Segundo/a Secretário/a substituir o Primeiro Secretário na sua ausência ou impedimento legal e delegar a outro membro do Conselho Deliberativo a sua autoridade quando na impossibilidade de sua presença por incompatibilidade de horários com outras responsabilidades.
Artigo 19 - Compete ao Primeiro/a Tesoureiro/a:
 - I. Agir sempre junto com o Segundo/a Tesoureiro/a ou outro membro do Conselho Deliberativo, obedecendo o que está descrito no artigo 2º;
 - II. Coordenar a Comissão Financeira do Assentamento, fazendo a contabilidade, sendo responsável pela administração dos recursos financeiros e doações obtidos pela Associação;
 - III. Fazer a prestação de contas e a elaboração de relatórios financeiros;
 - IV. Fazer relatórios de movimentação financeira e balancetes;
 - V. Sugerir medidas de ordem financeira que julgar conveniente;
 - VI. Verificar se as despesas realizadas estão de conformidade com a realidade financeira e os projetos elaborados pelo Conselho Deliberativo;
 - VII. Cumprir junto aos cargos Federais, Estaduais e Municipais, as exigências de ordem financeira;
 - VIII. Fazer relatórios e cumprir as exigências burocráticas legais, para isenção de impostos da Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A Reginaldo Lima, do município de Barra do Ouro do estado do Tocantins.
- Artigo 20 - Cabe ao Segundo/a Tesoureiro/a substituir o Primeiro Tesoureiro na sua ausência ou impedimento legal e delegar a outro membro do Conselho Deliberativo a sua autoridade quando houver impossibilidade de sua presença por incompatibilidade de horários com outras responsabilidades.

Quanto às competências designadas pelo estatuto, nota-se que os cargos de “Presidente” e “Vice-presidente” estão associados à função de coordenação da associação. Já os cargos de secretário(a) e tesoureiro(a), embora importantes, estão majoritariamente ligados à organização documental e à administração financeira. Essa diferenciação, ainda que não explicitamente baseada em gênero, pode refletir uma divisão simbólica entre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Conforme aponta Saffioti (2015), as práticas sociais entre os gêneros tendem a se estruturar de maneira desigual, marginalizando as mulheres dos espaços de poder e decisão.

A estrutura administrativa da associação também inclui o Conselho Fiscal, cuja composição igualmente desconsidera a linguagem inclusiva. O artigo 30 do estatuto o define da seguinte maneira:

- Artigo 30 - O Conselho Fiscal é assim constituído:
 - a) Primeiro Conselheiro Efetivo, que será o coordenador do Conselho, incumbido de convocar e presidir as reuniões;

- b) Segundo Conselheiro Efetivo, que será o secretário do Conselho, incumbido de manter por escrito as decisões do Conselho;
- c) Terceiro Conselheiro Efetivo;
- d) 3 (três) conselheiros suplentes.

Suas atribuições são:

Artigo 33 - Ao Conselho Fiscal compete exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços do Conselho Deliberativo, cabendo-lhe, as seguintes atribuições:

- a) Conferir mensalmente o saldo do numerário existente em caixa, verificando também se o mesmo está dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo;
- b) Verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração contábil;
- c) Examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos, orçamentos e decisões do Conselho Deliberativo;
- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem a Associação dos Trabalhadores Rurais do P.A Reginaldo Lima, em volume, quantidade, qualidade e valor, as previsões feitas e as conveniências econômicas financeiras da Associação.

Suas atribuições, descritas no Artigo 33, revelam sua função de fiscalização sobre as atividades do Conselho Deliberativo, sobretudo em relação à movimentação financeira da associação. Ainda assim, não há qualquer menção ao gênero feminino na redação desse segmento do estatuto.

Outro ponto que merece destaque refere-se à Sessão VI do Capítulo III, que trata dos mutirões e trabalhos coletivos. O Art. 41 estabelece: “Para que aconteça o crescimento e fortalecimento do Assentamento, cada **associado** se responsabilizará em trabalhar voluntariamente dois dias por mês em forma de mutirão ou de acordo com a necessidade do Assentamento” (grifo nosso).

Esse trecho evidencia uma naturalização do “associado” como figura masculina. Tal concepção pode sugerir uma desqualificação do trabalho feminino. Elizabeth Souza-Lobo (2021), ao tratar das mulheres operárias, ressalta que esse tipo de trabalho não é reconhecido como feminino, pois está estruturado numa lógica biológica que atribui ao homem a força física e, portanto, a responsabilidade pelo trabalho produtivo. À mulher, por sua vez, são relegadas as atividades vistas como extensões do cuidado doméstico, não reconhecidas nem valorizadas economicamente.

Maria Ignez S. Paulilo (1987) também discute a categorização do trabalho com base no sexo de quem o executa. Segundo a autora, há uma distinção entre o que é considerado trabalho “pesado” e “leve”, com o primeiro geralmente reservado aos

homens. Essa classificação não só influencia a divisão das tarefas, mas também o valor atribuído a elas, inclusive no que diz respeito à remuneração. Aplicando essa lógica ao caso dos mutirões, percebe-se que o fato de o trabalho voluntário ser exigido apenas do “associado” (em masculino) pode implicar que esse esforço físico é pensado como exclusivo do homem. Como consequência, a exigência de mais dias de trabalho poderia afetar diretamente a renda familiar, sobretudo por se tratar, culturalmente, do “provedor”.

Por fim, destaca-se a predominância da palavra “associado(s)” ao longo do estatuto. De acordo com a análise da nuvem de palavras (Figura 1), essa é a palavra mais recorrente, aparecendo 74 vezes (considerando as formas no singular e plural), sem qualquer menção direta ao gênero feminino. Outras ocorrências foram registradas da seguinte forma:

- trabalhador(es) – 20 vezes;
- membro(s) – 14 vezes;
- presidente, vice-presidente, aprovados – 4 vezes;
- primeiro(a) secretário(a), segundo(a) secretário(a), segundo(a) tesoureiro(a), seus membros – 3 vezes;
- agregados, assentados, dos presentes, mandatários, mantenedores, o tesoureiro, os novos membros, primeiro(a) tesoureiro(a), procuradores – 2 vezes cada;
- a todos, associados dependentes, conselheiros suplentes, dos integrantes, os indicados, os pré-admitidos, primeiro conselheiro efetivo, primeiro secretário, primeiro tesoureiro, segundo conselheiro efetivo, sócios, terceiro conselheiro efetivo – 1 vez cada.

Essa predominância de termos masculinos reforça a hipótese de invisibilização do feminino na linguagem estatutária, refletindo uma cultura institucional ainda marcada por assimetrias de gênero.

A linguagem utilizada pelo estatuto para determinar os sujeitos que integram a associação e que podem compor a diretoria tende a ser excludente, não de forma intencional, mas simbólica, uma vez que se apresenta majoritariamente no gênero masculino, com poucas flexões ou menções ao feminino. Essa escolha linguística contribui para a manutenção da desigualdade simbólica de gênero. Butler (2018) destaca que o sujeito é uma categoria central na política, podendo ser legitimado ou excluído por meio de estruturas que atravessam o campo político e social, muitas vezes de forma

velada. Essas estruturas, ao se expressarem por meio de uma linguagem jurídica dita neutra, acabam por naturalizar a invisibilidade das mulheres e limitar sua participação nos espaços de poder.

Figura 1 – Nuvem de palavras do Estatuto da Associação do P. A. Reginaldo Lima



Fonte: Dados da pesquisa. **Org.:** Pelos autores e autora através do WordArt, 2009.

Ao se analisar as atas das eleições da associação, percebe-se a predominância masculina na composição da estrutura administrativa. Isso, no entanto, não significa que a presença feminina esteja ausente. Como demonstrado no Quadro 1, que relaciona as funções estabelecidas para o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, conforme previsto no estatuto da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Barra do Ouro-TO, juntamente com as datas das eleições e o gênero das pessoas eleitas, há participação de mulheres em diversos cargos.

Observa-se que, nos cargos de presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo, funções responsáveis pela gestão da associação, segundo o estatuto, não houve alteração quanto ao gênero ao longo das eleições analisadas: esses postos foram sempre ocupados por homens. Por outro lado, há presença feminina nos demais cargos do Conselho Deliberativo, como nas funções de primeira e segunda secretária e de tesoureira.

Ao considerar a composição geral do Conselho Deliberativo, desconsiderando a função específica de cada cargo, é possível notar que houve equilíbrio entre os gêneros apenas na chapa eleita no dia 20 de junho de 2021, na qual se verificou 50% de

participação de homens e 50% de mulheres. Já nas chapas eleitas em 24 de fevereiro de 2013 e 30 de julho de 2023, a presença masculina representou 66%, enquanto a feminina correspondeu a 33%.

Quadro 1 – Relação entre função administrativa, data das eleições e o gênero de quem as assume

FUNÇÃO		DATA DA ELEIÇÃO					
		24/02/2013		20/06/2021		30/07/2023	
		HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
Conselho Deliberativo	Presidente	X		X		X	
	Vice-presidente	X		X		X	
	Primeiro(a) Secretário(a)	X			X	X	
	Segundo(a) Secretário(a)	X		X			X
	Primeiro(a) Tesoureiro(a)		X		X	X	
	Segundo(a) Tesoureiro(a)		X		X		X
Conselho Fiscal	Primeiro Conselheiro Efetivo	X		X		X	
	Segundo Conselheiro Efetivo	X		X		X	
	Terceiro Conselheiro Efetivo	X		X		X	
	Conselheiro Suplente I	X		X		X	
	Conselheiro Suplente II	X		X		X	
	Conselheiro Suplente III	X			X		X

Fonte: Atas das eleições da Associação P. A. Reginaldo Lima dos dias 24/02/2013, 20/06/2021 e 30/07/2023.

Org.: Pelos autores e autora.

Quanto ao Conselho Fiscal, órgão integrante da estrutura administrativa da associação e responsável por fiscalizar as operações, atividades e serviços oriundos dos atos deliberados pelo Conselho Deliberativo, é predominante a presença masculina em sua composição. A presença feminina ocorre apenas como última suplente nas chapas eleitas em 20 de junho de 2021 e 30 de julho de 2023.

Outro fator observado na análise das atas é a linguagem com a qual foram redigidas. Na ata da eleição realizada em 24 de fevereiro de 2013, observa-se que os presentes são mencionados apenas como “trabalhadores”, o que apaga simbolicamente a presença das mulheres. Além disso, as descrições dos cargos ocupados pelas mulheres

que assumiram a tesouraria aparecem como “tesoureiro”, e suas profissões estão registradas como “trabalhador rural”, em vez de “tesoureira” e “trabalhadora rural”, respectivamente. Já nas atas de 20 de junho de 2021 e 30 de julho de 2023, as funções e profissões aparecem adequadas ao gênero das pessoas que as ocupam. É relevante destacar que a ata de 2013 foi redigida por um homem, enquanto as duas mais recentes foram escritas por uma mulher.

A presença masculina na posição de liderança é reiterada nas chapas eleitas para a gestão do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da associação. Essa predominância reflete, conforme aponta Connell (2016), a continuidade da ocupação majoritária de cargos de liderança por homens, que ainda são a maioria entre os executivos, profissionais de alto escalão e ocupantes dos postos mais elevados da estrutura política.

A divisão do trabalho pode também influenciar diretamente na forma como se constituem os gêneros das pessoas que compõem as chapas eleitas para a gestão administrativa, tanto no Conselho Deliberativo quanto no Conselho Fiscal. Essa divisão acaba por atribuir, de forma recorrente, atividades de maior prestígio e valor simbólico aos homens, enquanto tarefas consideradas de menor valor são frequentemente destinadas às mulheres (Silva, 2022).

Considerações finais

A invisibilização da mulher no contexto rural manifesta-se tanto na construção do estatuto social da associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais quanto na constituição das chapas administrativas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Essa exclusão não ocorre de forma intencional ou explícita, mas está embasada em uma lógica simbólica, reproduzida por uma estrutura patriarcal enraizada na cultura local.

Essa estrutura não apenas marginaliza as mulheres dos espaços de poder, como também influencia a forma como elas mesmas percebem sua capacidade de liderança. Muitas vezes, elas se colocam como auxiliares e não como protagonistas, acreditando que funções de maior prestígio e visibilidade são naturalmente atribuídas aos homens.

Apesar disso, a presença feminina nas funções administrativas contribui para um maior equilíbrio na gestão da associação. Além de fortalecer a democracia interna, essa participação pode impulsionar pautas relacionadas às questões de gênero, como a

valorização do trabalho feminino (remunerado ou não), a denúncia de violências e práticas discriminatórias, e o reconhecimento dos direitos das mulheres no campo.

É fundamental que o debate sobre equidade de gênero esteja inserido nas lutas comunitárias mais amplas e que essas pautas sejam também defendidas pelos homens, a fim de atribuir novos sentidos ao lugar da mulher, visibilizando sua defesa da terra, seu acesso a políticas públicas e a conservação dos saberes tradicionais transmitidos entre gerações, bem como sua relação com outros atores presentes na cosmologia social na qual todas e todos estão inseridos.

Outras pesquisas podem explorar como os homens percebem o acesso das mulheres aos cargos de liderança, buscando compreender a sua visão sobre o próprio lugar nesse novo contexto rural, onde a presença feminina se fortalece e passa a ocupar posições de poder, antes marcadas por uma influência patriarcal que, culturalmente, determinava esses espaços como masculinos.

Referências

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner, 11. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa n. 38, de 13 de março de 2007. Estabelece normas e diretrizes para a constituição, regularização e funcionamento das associações de trabalhadores rurais assentados da reforma agrária. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 51, p. 63–65, 14 mar. 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONNELL, Raewyn. Os controladores de acesso mudam: homens, masculinidades e igualdade de gênero. In: CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016. p. 90–109.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Quem somos**. [S. l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/sobre-nos/quem-somos/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 1 Arqueologia do Comum. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2017, p. 23-56.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LISBOA, Acssuel de Sousa; DE ALCANTARA, Fernanda Viana. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17–28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.90807>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/90807>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MORAES, Antonia Laudecki Oliveira. “**Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá**”: a trajetória de vida de Raimunda Pereira dos Santos. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2024.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, 1987, 5.28: p. 64-70.

RAMOS, Crystiane. Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero**, 15 (1). 2014. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v15i1.633>

ROCHA JUNIOR, Carlos Jorge Gomes da; BALTAR, Cláudia Siqueira. Participação feminina na gestão dos empreendimentos rurais brasileiros. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e184111637860, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.37860>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37860>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos.; BETTO, Janaina. Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021007, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42344>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42344>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, Valéria Pereira. **Mulheres e conflitos socioambientais: saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos-TO.** 2019. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019.

SANTOS, Valéria Pereira; MORAES Antonia Laudeci Oliveira; NEVES, Lorrany Lourenço; VENÂNCIO, Sariza Oliveira Caetano. Rede de Proteção às Mulheres Camponesas Flores de Sucupira: da luta territorial à luta por autonomia Feminina. **Revista Escritas**, v. 13, n. 01, p. 99-120, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/11880/19173>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SCOTT, Joan Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99, 1995.

SILVA, Adilson Tadeu Basquerote; NASCIMENTO, Rosemy da Silva; GORES, Jardel. Agroecologia, relações produtivas e de gênero na agricultura familiar: o estudo de caso da Associação de Produtores Agroecológicos Sementes do Futuro de Atalanta– SC. **Ágora**, v. 17, n. 02, p. 131-143, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17058/agora.v17i2.6675>

SILVA, Cristiane Dias da. **Atuação das mulheres na comunidade quilombola de Cocalinho município de Santa Fé do Araguaia - TO um comum feminino.** 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação de Estudos em Cultura e Território - Ppgcult, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2023.

SILVA, Idelma Santiago da; RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Jerônimo Silva e. De vales e chapadas: quintais produtivos e regimes de natureza na perspectiva de mulheres assentadas em Rondon do Pará. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 16, n. 33. 2024. p. 479-511. DOI: <https://doi.org/10.63595/rbhcs.v16i33.17902>

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero no trabalho: perspectivas teóricas e metodológicas. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 2021. v. 3, p. 123–210.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2023.

WORDART. Plataforma on-line geradora de nuvem de palavras. **WordArt.com**. Disponível em: <https://wordart.com/>. Acesso: 13 jul. 2025.

Recebido em 31/07/2025.

Aceito para publicação em 19/11/2025.